



**Comunicado n.º 16/2011**

## **O ESCÂNDALO DA NEGOCIATA DO BPN (ou a confirmação da colonização angolana em curso)**

Foi com a cotação actual, 40 milhões de euros, que se fechou um negócio de contornos ainda muito nebulosos e em que os trabalhadores foram *traídos* totalmente nas suas expectativas, nos seus direitos e agora também nos seus postos de trabalho.

As vigarices de alguns administradores da camarilha de Oliveira Costa e a incompetência das administrações actuais do BPN e CGD, tiveram como resultado uma péssima decisão do Governo (mais uma e também altamente escandalosa na linha da nomeação da nova Administração da CGD).

Como parece ser consensual, entendemos que é fundamental que se explique de forma clara porque razão se optou por esta solução e não por outras, aparentemente bem mais vantajosas e que garantiam, à partida, mais postos de trabalho do que os previstos no acordo concluído entre o Estado e o Banco BIC.

Também não gostamos da utilização de eufemismos quando falamos das garantias e dos direitos básicos dos trabalhadores. E, por isso, é importante que se explique sem subterfúgios o que se pretende dizer – de facto – quando se alega, no comunicado do Ministério das Finanças, que a totalidade dos trabalhadores (da rede de agências e centros de empresa) será transmitida ao proponente comprador que indicou a ***intenção de proceder à respectiva racionalização***. Não significa esta “racionalização” mais despedimentos?

Na verdade, um acordo que pode passar pela eliminação de mais de cinquenta por cento dos postos de trabalho de uma Instituição não é, nem nunca poderá ser, um bom acordo ou uma opção aceitável.

A Assembleia da República aprovou, através da Lei nº 2-A/2008, a nacionalização do BPN, no pressuposto da integral manutenção dos postos de trabalho de 1700 trabalhadores.

O Estado, como pessoa de bem, não pode demarcar-se das suas responsabilidades e se outras vias existem, elas devem ser consideradas, no sentido da salvaguarda dos postos de trabalho!



Não terá agora a Assembleia da República algo a dizer sobre o mesmo assunto? A reprivatização não terá de seguir a mesma via, isto é, a promulgação de uma Lei específica pela mesma Assembleia da República? Ou a Troika impede-o? Não devia o Governo, em nome da transparência, manter o Presidente da República e o Parlamento absolutamente ao corrente das negociações?

Como irá processar-se a transferência de trabalhadores remanescentes de e para as sociedades Parvalorem, S.A., Parups, S.A. e Parparticipadas?

Porque não avançar, como vimos defendendo, desde sempre, **a integração de parte dos quadros do BPN na Caixa Geral de Depósitos?**

**Ou será que só a Administração da Caixa Geral de Depósitos pode aumentar o número dos seus membros?**

Defendemos a maior transparência neste processo. Trata-se do dinheiro que os contribuintes continuarão a pagar, para entregar o “filet-mignon” aos angolanos que nos vêm colonizando através dos imundos petro-dólares ou dos diamantes de sangue.

José Eduardo dos Santos, a sua sagrada família e a nomenclatura do MPLA são alcandorados aos centros de decisão das maiores empresas nacionais. Onde está o respeito pelos direitos humanos?

Finalmente, informamos os nossos sócios que já endereçámos vários pedidos de reunião, entre os quais ao Banco BIC e ao BPN, bem como às Comissões de Trabalhadores e aos demais Sindicatos Verticais do Sector Bancário e que acompanharemos o evoluir de todo o processo, não abdicando em momento algum de defender o interesse dos nossos sócios e dos bancários em geral.

**Última hora, (e confirmado): teremos dia 5 de Agosto uma reunião com a Comissão de Trabalhadores do BPN e, dia 9 de Agosto, com as Direcções dos Sindicatos Verticais do Sector Bancário.**

Lisboa, 3 de Agosto de 2011

***A DIRECÇÃO***